

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2009

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Bristol, Reino Unido)
- Professor Doutor Jean Guilaine (Collège de France, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

**VOLUME COMEMORATIVO DO
XX ANIVERSÁRIO**

do

**Centro de Estudos Arqueológicos
do Concelho de Oeiras**

(Câmara Municipal de Oeiras)

1988 - 2008

Editor Científico:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2009

A PROPÓSITO DO TOPÓNIMO “OEIRAS”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES LINGUÍSTICAS E HISTÓRICAS

Amílcar Guerra*

1. Na tradição humanista, que mergulha as suas raízes no mundo clássico, o nome de uma localidade encerrava, com frequência, uma parte da sua história. Explicar o topónimo afirmava-se, por natureza, como a primeira forma de compreender a origem de um lugar e a sua ligação a um antigo herói ou a uma qualquer particularidade extraordinária poder-se-ia já captar na própria palavra com que se designava uma cidade ou alguns dos seus lugarejos. Estas explicações desenvolviam-se, como se torna hoje claro, com base em para-etimologias, falsas etimologias que radicavam numa mais ou menos nítida afinidade fonética entre os dois termos, mas muitas vezes carente de qualquer rigor científico.

O caso mais conhecido entre nós, que pode tomar-se como exemplar, é o da cidade de Lisboa, cujo nome pré-romano se atesta habitualmente sob a forma *Olisipo*. No que diz respeito a esta cidade, alguns autores, provavelmente em período tardo-romano, desenvolveram a ideia de que ela retirava o seu nome do famoso herói dos poemas homéricos, o ardiloso Ulisses, condenado pelos deuses a uma errância que durou cerca de dez anos. Deste modo, a grafia do topónimo referido, com um *O* inicial, não seria mais do que uma deturpação de uma forma *Ulisipo*, na qual o nome da mítica personagem se transmitiria com clareza. É claro que a estas explicações não interessava grandemente que o antropónimo do rei de Ítaca fosse na sua versão original *Odysseus*, nem trazia qualquer preocupação a circunstância de a designação toponímica, em última análise, nada tivesse de grego ou latino¹. De resto passava então despercebido que o elemento final *-ipo* correspondia a um formante característico da Hispânia meridional. Todavia, a estes construtores de etimologias e de narrativas históricas interessava acima de tudo encontrar uma explicação que pudesse ter alguma verosimilhança e concitar a adesão dos seus leitores. Estas elaborações revelam hoje uma força extraordinária, a ponto de, com alguma frequência, se afirmarem ainda como as pautas que formataram o discurso histórico a respeito de muitos lugares. Quem poderá hoje desligar a cidade de Roma do seu fundador mítico Rómulo? Quem poderia prescindir, aludindo às origens de Lisboa, de um referência aos “erros de Ulisses” nestes longínquos mares?

Estas construções transformaram-se progressivamente em novas entidades históricas, com um peso excepcional na nossa História Moderna e Contemporânea e constituem um importante filão, particularmente explorado pelos estudos regionais e locais. Constata-se que em muitos casos a história dos lugares se confunde com a explicação linguística do topónimo, como se esta tivesse necessariamente que ver com aquela. Portanto, compreender o alcance semântico do nome de lugar equivaleria, nesta perspectiva, a captar um aspecto decisivo do seu passado, a encontrar uma explicação primordial para a sua existência.

* Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador da UNIARQ.

¹ Sobre o mito da fundação de Lisboa por Ulisses v. os contributos fundamentais de R. M. Rosado Fernandes (1985) e Aires A. Nascimen-
to, que compilam e analisam muita da documentação essencial ao tratamento da questão.

2. Neste aspecto o caso de Oeiras não foge à regra. Creio que constitui um interesse comum dos seus habitantes conhecer a origem e o significado do nome do lugar onde vivem, porque esse aspecto faz parte, por assim dizer, da sua identidade.

Falta contudo, que eu saiba, uma tradição de interpretação etimológica antiga com todas as suas componentes míticas, uma vez que a generalidade das informações divulgadas assentam numa explicação recente, baseada numa análise que respeita os princípios da moderna linguística histórica. E, ao contrário do que costuma acontecer, essa proposta interpretativa assumiu praticamente o estatuto de explicação única desse nome de lugar. Neste aspecto Oeiras revelar-se-ia um caso mais raro, num mundo onde abundam explicações pouco fundamentadas.

O principal responsável pela sua difusão foi José Pedro Machado, no seu bem conhecido *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (MACHADO, 1984, p. 1087). Ai se trata o nome da actual vila da região da Grande Lisboa juntamente com o da ribeira homónima, afluente da margem direita do Guadiana, que percorre os concelhos de Almodôvar e Mértola.

Na base de ambos estaria o termo latino *auraria* “mina de ouro”, ou melhor, o seu acusativo do plural *aurarias*, a forma que permite uma explicação fácil do nome actual. Nos registos toponímicos mais antigos, que remontam ao século XIV, assinalam-se múltiplas variantes gráficas deste apelativo, mas que parecem corresponder no essencial à realidade fonética actual: *Hueiras*, *Hueyras*, *Ueiras*.

J. P. Machado estabelece para esta uma evolução fonética convincente que apresenta os seguintes passos: Na passagem do latim ao português é preciso ter em conta que a sílaba inicial *au* > *ou* > *o*; a terminação *-ariu(m)* / *-aria(m)* evolui com frequência para *-eiro* / *-eira*, como se encontra abundantemente atestado na língua portuguesa²; por um processo de dissimilação, a primeira plurivibrante converte-se em lateral (*Orarias* > *Olaria*); o *l* intervocálico cai (*Oleiras* > *Oeiras*).

Esta explicação reúne duas componentes essenciais, necessárias a credibilizar qualquer proposta etimológica: é viável do ponto de vista da história da língua, como se procurou demonstrar; e, para além disso, apresenta uma clara justificação no plano semântico, como a seguir se verá.

3. A explicação linguística deste nome encontra, realmente, um importante fundamento na documentação histórica e arqueológica, que por sua vez são corroborados por outros elementos de natureza onomástica da mesma área, elementos que dão, na minha perspectiva, a necessária consistência à proposta.

J. P. Machado (1984, p. 1087) remete especialmente para a informação mais recente, essencialmente centrada no século XIX, na qual se apresentam sugestivas notícias sobre o achado de quantidades significativas do precioso metal na área de Oeiras em especial e genericamente no estuário do Tejo. Sublinha a falta de informação relativa a outros períodos, mas recorda as mais antigas referências dos autores clássicos à riqueza aurífera do Tejo. As abundantes alusões a essa particularidade, a maioria de natureza mais estritamente literária, tornaram-se numa referência obrigatória.

Ao contrário, os dados materiais correspondentes continuam a ser pouco conhecidos, apesar de nos últimos tempos permitirem compreender melhor a razão dessas alusões à proverbial riqueza do rio. Parece claro actualmente que a exploração aurífera do rio se desenvolveu pelo menos de duas formas completamente distintas: a garimpagem das suas areias através da qual se recolhia o ouro de aluvião, segundo a referência pliniana o mais puro de todos; e, por outro lado, a lavagem sistemática de grandes quantidades de sedimentos, fora do leito do rio, feito pelo processo bem descrito por Plínio e conhecido como *ruina montium*.

² Esta realização tem, como se sabe, uma alternativa *-ário*, *-ária*. Para se ter uma ideia do número e da dimensão relativa destes registos sufixais no português, refira-se que o dicionário Huiass regista 2625 ocorrências para *-eiro* / *-eira* e 982 para *-ário* / *-ária* (<http://www.flch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slp37/01.pdf> consultado em 4/6/2009)

Destes dois métodos, apenas o primeiro encontra ecos na literatura clássica, desde que o famoso poeta Catulo celebrou o Tejo com o tópic *aurifer Tagus* (“o Tejo aurífero”). Ovídio, num passo das suas *Metamorfoses* (2,251) descreve poeticamente os efeitos da marcha descontrolada do carro do sol conduzido pelo imprevidente Faetonte, de tal forma que, ao aproximar-se demasiado da terra provoca terríveis consequências, entre elas a improvável fundição das pepitas que o Tejo arrastava: “/.../ e o ouro que Tejo arrasta no seu leito flui, derretido pelas chamas /.../”³ (v. GUERRA, no prelo b).

De uma forma “científica” o naturalista Plínio-o-Velho (nat. 33,66, 4,115; GUERRA, 1995, p. 130-131) inclui o curso de água hispânico entre os mais afamados rios auríferos do universo, a par do Indo, do Ganges e do Pó. Mais original é a referência de Pompónio Mela, um geógrafo de origem hispânica, ao associar a esta conhecida riqueza metalífera a existência de gemas no mesmo leito do rio (MELA 3,1: “*Olisipo* e a foz do Tejo, que produz ouro e pedras preciosas”).

As referências dos autores clássicos não são, contudo, muito mais explícitas a respeito dessa exploração. Excepcionalmente a indicação de que esta actividade se exercia junto à cidade de *Olisipo*, não se recolhe qualquer dado concreto a respeito das áreas por ela abrangidas. No entanto, é verosímil que as informações recolhidas em fontes de outras épocas seja também pertinente para esclarecer esta questão. Ganham relevância, neste caso, as indicações que os autores do período islâmico fornecem, as quais, apesar de na maioria dos casos continuarem a ser bastante genéricas, nada acrescentando às precedentes, num caso particular oferecem alguns pormenores de grande interesse. É, acima de tudo, a informação do geógrafo Edrisi que contribui com alguns dados pertinentes, reportando especificamente a exploração que se desenvolve junto ao “forte de Almada” ou, se preferirmos, “castelo da Mina”, tendo em conta o significado do topónimo árabe hoje conservado na cidade da Outra Banda. Este autor explicita, baseado na sua observação, como faz questão de sublinhar, que a actividade da recolha das pepitas se faz “enquanto dura a estação rigorosa”, no período em que o mar estaria mais agitado, uma vez que, na sua opinião, os depósitos auríferos chegam àquele lugar empurrados pelas correntes marítimas.

Esta explicação foi contrariada, por exemplo, por José Bonifácio de Andrada e Silva (1817, p. 147), afirmando que esse ouro não viria “de fora”, mas seria resultado do próprio processo de deposição alimentado pela progressiva erosão de “montes e viveiros auríferos ou distantes ou vizinhos”. Esta ilustrada personagem, de resto, conhecia bem o passado e presente da exploração aurífera da região de Lisboa, uma vez que era, ao tempo, Intendente da “Real Mina de Ouro de Desmonte” da Adiça e o principal responsável por se terem retomado aí os trabalhos nos inícios do século XIX, depois de um longa história que ele próprio traça numa memória apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa (SILVA, 1817, em especial p. 140-143). Conhecida pelo menos desde a origem da nacionalidade, esta vertente da riqueza mineira que se situava numa parte da arriba fóssil existente entre a Trafaria e o Cabo de Espichel não é aparentemente referida na informação de período romano, nem se identificaram, que eu saiba, vestígios da sua exploração nessa fase.

Outro dos intendentess desta mina foi o Barão de Eschwege, que anda ligado ao seu encerramento, ocorrido em 30 de Junho de 1826, o qual explica mais tarde aos Académicos a estrutura dos depósitos, a sua natureza e as condicionantes que retiram rentabilidade a essa empresa (ESCHWEGE, 1831, p. 268-269), contra o que se manifesta o seu antecessor, Alexandre António Vandelli, que presidiu aos seus destinos no período de maior rentabilidade (1819-1824). Num balanço que então este último faz dessa actividade desenvolvida no primeiro quartel do século XIX inclui-se, todavia, uma notícia respeitante à exploração na margem direita do rio, ao explicitar-se que, nos montantes contabilizados nos últimos anos (1824-1826), cerca de um quarto, correspondente a pouco mais que 4 marcos, provinha da “mina de S. Julião da Barra” (VANDELLI, 1831, Quadro n. 1; SOLLA, 1973, p. 11). Muito provavelmente este registo corresponde ao que se encontra na obra manuscrita,

³ *Quodque suo Tagus amne vehit, fluit ignibus aurum* (OV. met. 2,251).

Memorial historico, ou Collecção de Memorias sobre Oeiras..., não datada, mas que reporta a circunstância de em 1825 ter sido recolhido ouro na praia de Oeiras e a poente de S. Julião da Barra (apud MACHADO, 1984, p. 1087).

Ainda que não sejam muito abundantes as referências e a quantidade de metal assinalada ser reduzida, não é de modo nenhum surpreendente que a lavagem dos sedimentos auríferos tivesse adquirido em período romano uma mais significativa dimensão e, com o empobrecimento dos sedimentos, se ter progressivamente atenuado a exploração.

A causa deste decréscimo é fácil de compreender. Pelo que sabemos hoje, o ouro de aluvião que se encontra no estuário do Tejo provém, provavelmente em boa parte, de algumas formações sedimentares auríferas que se situam a montante, no curso médio do rio. Foram esses depósitos que alimentaram ao longo dos milénios os sedimentos que em boa parte se concentraram na área estuarina. Sem negar a sua exploração na Pré e Proto-História, esta torna-se sistemática apenas em período romano e mantém até época moderna.

Mas, a par da pesquisa do ouro de aluvião no estuário, inicia-se a pesquisa nas áreas donde eram originário esses sedimentos ricos em ouro, desmontados de forma rápida através do processo da *ruina montium*. Embora não subsista qualquer alusão clara na literatura clássica no que diz concretamente respeito a esta região, esta actividade encontra-se muito bem documentada através dos seus vestígios materiais actualmente observáveis.

Entre as primeiras alusões na literatura da especialidade, que remontam ao início do século XX, sublinha-se a referência de Francisco Tavares Proença Júnior (1910, p. 9) ao sítio de Lisga. Mas só no último quartel do séc. XX e especialmente graças a um trabalho sistemático de inventário mineiro de período romano conduzido por Claude Domergue se ficou com uma ideia da amplitude dessa exploração e se conheceram algumas áreas específicas, como Mouriscas, Abrantes, foz do Zêzere e Milreu (DOMERGUE, 1987-88, p. 527-528). Nas proximidades deste último local identificou o mais extenso núcleo, que se estendia particularmente ao longo das margens da Ribeira de Codes, hidrónimo cuja origem se deve associar a este modelo de exploração, uma vez que o termo deriva do lat. *cos, cotis* “seixo”⁴.

Também as investigações de Sánchez-Palencia puseram em evidência a extraordinária capacidade produtiva desta região, tendo calculado que os trabalhos mineiros desenvolvidos por esse método implicaram uma movimentação de cerca de 27 000 000 m³ de sedimentos (SÁNCHEZ PALENCIA, 1989, p. 45-47). Apesar de a concentração de metal variar muito de acordo com as circunstâncias, este autor imaginou uma produção que poderia ter dado origem, só nesta área, a mais de 3,5 toneladas de ouro (BATATA, 2006, p. 107). Estamos, portanto, perante números extraordinários.

Os trabalhos de prospecção arqueológica levados a cabo posteriormente aumentaram de forma significativa as áreas em que se reconhece este tipo de actividade mineira. Carlos Batata foi o principal responsável pela identificação e divulgação das mais recentes achados, dando conta de identificações que resultaram do empenhado trabalho de prospecção de várias pessoas. Numa publicação dedicada ao estudo da área correspondente às bacias do Baixo Zêzere e do Ocreza, bem como do território adjacente ao Tejo durante a Idade do Ferro e o período romano, dispensou uma atenção especial a este tema, dando conta da sua importância histórica e da enorme riqueza patrimonial que representam estes vestígios (BATATA, 2006, em especial p. 81-87, p. 104-107). Ao mesmo tempo, pôs em evidência o desconhecimento que ainda marca o momento actual da investigação e a necessidade de desenvolver acções tendentes a minorar esta falha (BATATA, 2006, p. 82, 107).

⁴ Também se tem procurado ver no termo “conho” e no seu derivado “conheira” (nalguns casos “cunheira”), com o qual se designam estas acumulações de seixos, uma relação com este mesmo termo latino (BATATA, 2006, 104). Esta interpretação carece, contudo, de uma explicação adequada no âmbito da fonética histórica.

Na margem esquerda os vestígios do Tejo parecem ser menos numerosos. No entanto, é amplamente conhecida uma outra área de exploração, bastante extensa, situada a jusante das Portas do Ródão, designada sintomaticamente como Conhal do Arneiro (CALADO & CALADO, 2002).

Embora sejam estas as áreas em que mais indícios da actividade se identificaram, o âmbito da exploração aurífera na bacia do Médio e Baixo Tejo é consideravelmente mais extenso. Apresentaram-se recentemente, de forma circunstanciada, os resultados dos trabalhos de prospecção realizados numa área distinta, a de Penamacor-Meimoa (SÁNCHEZ PALENCIA & PÉREZ GARCÍA, 2005), na qual se tinham referenciado, há algumas décadas, os vestígios dessa mesma actividade extractiva (ALBERTOS & BENTO, 1977, p. 1200-1201; DOMERGUE, 1987-88, p. 512-513.). As diferentes zonas de exploração poderiam ter correspondido, só neste caso, a cerca de 3 500 000 m³ de sedimentos movimentados. Para além disso, inventaria os sítios da bacia do rio Erges em que a pesquisa aurífera se desenvolveu, contribuindo para que progressivamente se possa ter uma ideia da real dimensão de uma actividade que tantos reflexos teve na literatura latina.

Inevitavelmente, esta actividade sistemática teve como principal consequência o empobrecimento drástico da torrente que justificava a presença de pepitas nas aluviões. Por isso, no período que se seguiu à presença romana, a pesquisa do ouro nos sedimentos fluviais do Baixo Tejo deixou praticamente de ser alimentada e limitou-se progressivamente ao que ainda restava no leito do rio em consequência do processo de deposição milenar. Apesar disso, no século XIX ainda se estima que haja muito explorar nesse domínio, pelo menos a julgar pelos resultados da “viagem de pesquisas de ouro” que realizou Manuel Nunes Barbosa por ordem de José Bonifácio de Andrada e Silva às regiões da Estremadura e das Beiras. Numa síntese do relatório dessa expedição (TRIGOZO, 1818, p. XVIII-XX), Sebastião Trigozo refere que ainda havia, nas margens do Zêzere, alguns locais que foram deixados intactos pelos romanos, circunstância que atribui ao facto de “quererem evitar despesas do transporte do mineral” (TRIGOZO, 1818, p. XVIII).

Constata-se, desta forma, uma evidente relação entre os dois conhecidos métodos de que fala Plínio. uma vez que presença de ouro aluvionar no Baixo Tejo tem necessariamente que ver com as formações geológicas situadas na sua bacia e que, exploradas de forma sistemática pela grande capacidade da engenharia romana, foram sem dúvida uma das responsáveis por algumas das profundas transformações da paisagem que se verificaram nestas regiões. A presença itálica em contexto peninsular pode, deste modo, ser encarada em duas perspectivas antagónicas: como o período em que se abriu a Hispânia a um novo mundo, ao fenómeno da urbanização e, diríamos hoje, da globalização; mas também a fase em que se delapidaram muitos recursos naturais, se fizeram intervenções que modificaram de forma substancial a paisagem, com consequências por certo importantes, mas que não estamos em condições de avaliar.

4. Existindo exploração aurífera no Tejo e, em concreto, no seu curso inferior, nomeadamente na zona do estuário, como os indícios referidos o confirmam, haveria que perguntar de que forma e sob que regime jurídico e fiscal se procedia a essa actividade. Claude Domergue, analisando esta questão e comparando as políticas seguidas pela administração imperial, sublinha as transformações operadas nesta fase, em especial os novos regimes adoptados em fase augustana, que implicam, de uma maneira geral, um maior controlo público e imperial sobre estes importantes recursos (DOMERGUE, 2008, p. 196-197).

Essa alteração, sintetizada numa declaração atribuída ao Mecenas, terá dado lugar a duas formas de administração principais, uma que previa um controlo indirecto, no qual o estado, proprietário dos recursos, alugava ou arrematava em hasta pública as riquezas em causa; ou então encarregava-se ele próprio da sua exploração directa, envolvendo um conjunto de meios de diversa origem, mas onde desempenhavam um papel de certa monta os corpos militares. A primeira das situações encontra-se bem identificada na mina de *Vipasca*, na actual Aljustrel

(DOMERGUE, 2008, p. 196, 200-201), como o atesta a legislação mineira aí aparecida e que constitui um dos mais notáveis documentos históricos do período alto-imperial. A outra aplicar-se-ia especialmente a outros casos hispânicos, em particular à intensa exploração aurífera que se desenvolveu nesta fase no Noroeste peninsular e em alguns lugares da Lusitânia (DOMERGUE, 2008, p. 196, 201-202). Nesta modalidade se incluíam as diversas formas do ouro, entre elas a pesquisa sistemática das aluviões, vertente em que o rio Tejo adquiriu uma considerável importância. Temos, por isso, de imaginar que essa actividade extractiva era controlada de alguma forma pela administração, e, inevitavelmente, uma das consequências dessa política seria a presença de contingentes militares junto dos lugares onde ela se exercia.

Talvez haja, por esse facto, que dar uma outra interpretação à presença de um militar da II Legião que, além do mais, se fez immortalizar num monumento fora do comum, construído precisamente em Laveiras (Fig. 1). Não pode esquecer-se que este elemento da toponímia da faixa litoral do concelho de Oeiras apresenta uma evidente relação com a actividade mineira, associando-se com a lavagem de sedimentos (MACHADO, 1984, p. 861).

Na inscrição que assinala essa sepultura se descreve genericamente o conjunto funerário aí edificado, mas a leitura do texto que nele se após não é consensual. Depois das primeiras publicações, com soluções claramente problemáticas e a que faltavam alguns elementos, o reaparecimento do bloco de líoz permitiu reanalisar as lições mais antigas (FERREIRA, 1960). No início do séc. XXI, todavia, o interesse pela inscrição manifestou-se de forma especial, tendo surgido três propostas distintas, independentes e publicadas em datas muito próximas (PEREA, 2001; RIBEIRO, 2002; ENCARNÇÃO, 2001/2002; ENCARNÇÃO, 2002). Estas procuraram, desde logo, encontrar uma resposta adequada para as dúvidas de leitura, aspecto que não se encontra ainda resolvido, como o demonstra a divergência de opiniões.

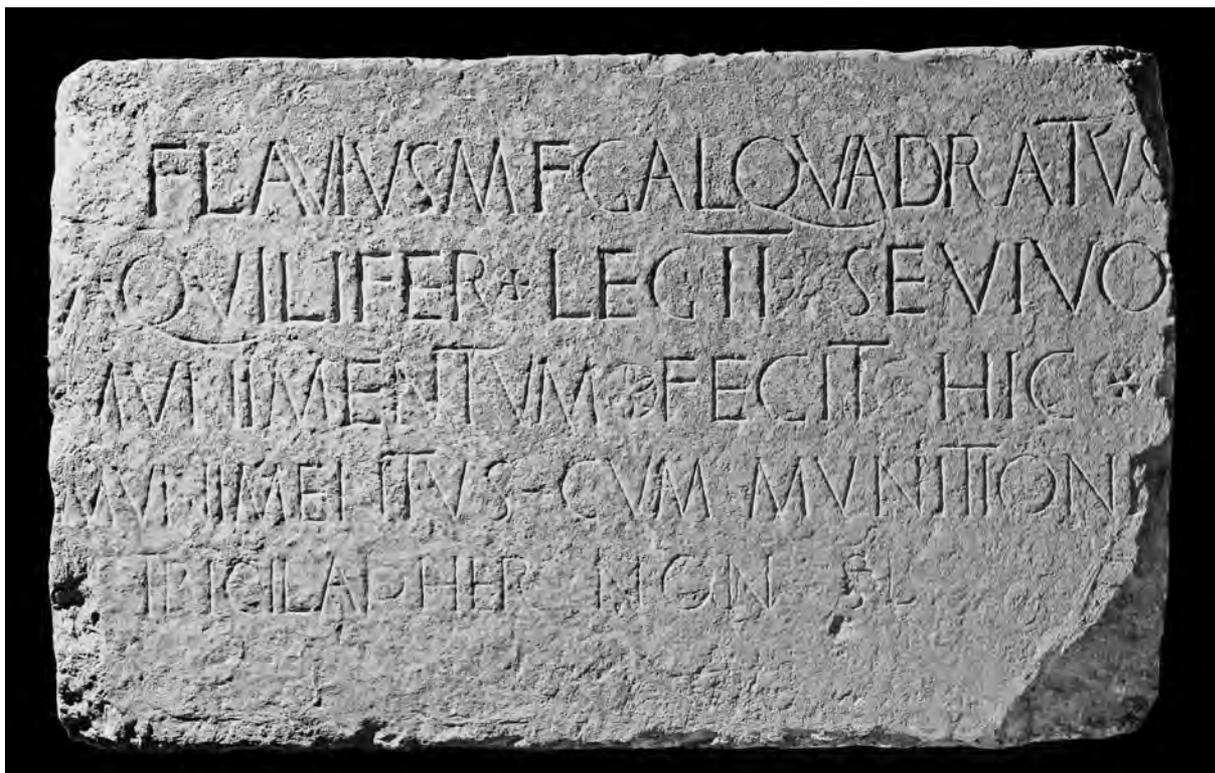


Fig. 1 – Lápide funerária de Quinto Flávio Quadrado, recolhida em Laveiras. Museu Nacional de Arqueologia. Foto de C. Santos (GC/CMO), comunicada por J. L. Cardoso.

No essencial as dúvidas residem em dois aspectos: o *praenomen* do militar; e a lição da 5.^a linha, onde figurava precisamente um dos elementos mais sugestivos desta epígrafe, aquele em que se definia a própria natureza dos elementos adicionados à estrutura funerária propriamente dita.

No que diz respeito à primeira questão, J. d'Encarnação optou justamente por uma postura cautelosa, omitindo-o na transcrição do monumento, embora tenha considerada uma possibilidade “aliciante” de aí figurar um T, que corresponderia ao *praenomen T(itus)*. No entanto, uma observação de subtis indícios de gravação e as características paleográficas peculiares desta epígrafe, permitiram a J. Cardim Ribeiro restituir aí um Q, o que se me afigura uma solução adequada. Completou-se deste modo o nome do defunto, *Q(uintus) Flavius M(arci) f(ilius) Gal(eria tribu) Quadratus*.

Mais complexo se apresenta, todavia, o segundo aspecto problemático a que se aludiu. Apesar de uma relativa clareza da epígrafe e de dispormos de uma fotografia de grande qualidade (RIBEIRO, 2002, p. 547), os três investigadores encontraram soluções diferentes para a controversa forma. Na realidade, a dúvida levanta-se essencialmente a respeito do que completaria a sequência TRICILA, mas acaba por ter implicações no termo que a precedia. Esta parte da inscrição tinha sido precisamente a que mais dúvida havia suscitado, desde a leitura de Hübner como *tric[le]a[e]* até à *triclinium* de um trabalho mais antigo de J. d'Encarnação (1998, p. 77), que agora ele mesmo corrigiu.

Perea Yébenes leu no final dela um B, tendo por isso apontado uma restituição de todo o conjunto em que a palavra se inseria como *cum munitioni[b(us)] (et) tricilab(o)*. J. d'Encarnação não identificou nenhum vestígio de gravação após TRICILA que pertencesse a esse termo, mas considerou haver indícios suficientes para propor que antes deste se deveria encontrar ET, nunca observado até à data, pelo que se chegaria a solução *cum munitioni(bus) et tricila*. Por sua vez, J. Cardim Ribeiro (2002, p. 547) depois de exprimir a sua perplexidade pelo que considera a sua “transformação num estranho e despropositado 'P'”, optou por ler aí um E, com qual se completaria, a expressão *ex munitione tric(h)ilae*.

Deve reconhecer-se que a gravação em geral é muito clara, mas por vezes algo ténue, pelo que os três investigadores que editaram este texto deixam bem patente quais as questões essenciais que se colocam à interpretação do trabalho do lapicida. Parece evidente que, no início da 5.^a linha nunca se chegou a gravar ET, ainda que houvesse teoricamente espaço para tal. E que depois de TRICILA as incisões lembram um P ou um B, de acordo com as interpretações de J. Cardim Ribeiro e de Sabino Perea. O aspecto anómalo da paleografia do suposto P a que alude o primeiro, resulta do facto de a linha curva que lhe corresponderia se encontrar precisamente a meio da haste vertical. Por essa razão o segundo opta por um B, mas do qual só existe uma linha curva, no centro dessa mesma haste.

O que se gravou, mas que, em consequência de um trabalho de lapicida menos conseguido não resultou claro, foi, segundo a minha observação, TO. Do T é visível com toda a clareza um traço vertical e, com menos nitidez o pequeno travessão, a que se seguiu um O de pequenas dimensões, que acabou por ficar colado à letra anterior. A existência de uma gravação curva é igualmente clara e esta foi a única razão pela qual as duas observações independentes uma da outra (a de Sabino Perea e a de José Cardim Ribeiro) são tão próximas e em certa medida sugestivas.

Deste modo, de acordo com as minhas observações, resultaria a lição seguinte: *Q(uintus) Flavius M(arci) f(ilius) Quadratus / aquilifer leg(ionis) II (secundae) se vivo / munimentum (sic) fecit hic / munimentus (sic) cum munitione / tric(h)ilato (sic) her(edes) non seq(uetur)*⁵.

⁵ A tradução seria: “Quinto Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, mandou fazer em vida este monumento. Este monumento, com a sua estrutura em forma de caramanchão, não passará para os herdeiros”.

Na minha perspectiva, esta proposta apresenta ainda a vantagem de não necessitar de suprir a falta de partículas necessárias à compreensão do texto, recurso a que se deitou mão pela evidente falta de concordância entre os termos em sequência. Também me parece mais viável no plano da descrição do monumento a expressão *cum munitione tricilae*, uma vez que o latim prefere, nestas situações, o uso de uma forma adjectival ao determinativo. Por essa razão se compreende perfeitamente a proposta apresentada em *Année Épigraphique*, AE 2002, 669, *cum munitione tric(h)ilea*, que faria realmente muito mais sentido, ao associar ao primeiro termo um adjectivo compatível. Todavia, esta hipótese não pode ser considerada à luz do que se encontra efectivamente gravado no bloco calcário. A versão agora proposta é o equivalente desta proposta do *Année Épigraphique*, apenas com a particularidade referida da troca do género da palavra *munitio*.

Este erro tem, no entanto, a sua justificação. O ambiente em que se gerou este texto não deixa lugar a dúvidas quanto ao nível de língua que patenteia. Não se trata do melhor latim culto e urbano, mas antes de um outro que seria naturalmente comum em ambientes populares ou provinciais. Este aspecto tem sido sublinhado pela expressão *hic monumentus*, dando-se a circunstância de se confundir o género de uma palavra que afinal deveria ser tão comum numa oficina lapidária. Por esta razão não acharia surpreendente que se tomasse erradamente a palavra *munitio* como um masculino, o que justificaria a forma adjectival *tric(h)ilato*, ocorrência única na epigrafia latina, por quanto sei.

Esta interpretação todavia, não modifica substancialmente o que se tem dito a respeito da própria natureza do monumento funerário. Este assumia, evidentemente, o aspecto de uma fortificação com a seu perímetro circundado por um muro, lembrando uma estrutura militar, para a qual remeteria o termo *munitio*. Mas, na sua estrutura interna se poderia desenvolver uma estrutura em forma de *trichilia*, de caramanchão, como de resto seria habitual em monumentos funerários de outros lugares (DAREMBERG *et al.* (1919), vol V, p. 439-440). E não deveria faltar, naturalmente, o espaço com mesa e leitos de refeição tipicamente romanos, orientados em três direcções, afinal os responsáveis em última análise pela designação que esta estrutura assumiu na língua grega e que a cultura latina adoptou.

5. Uma outra questão relevante prende-se com a cronologia do monumento e, por inerência, da personagem a ele ligada, aspecto que poderia ser muito relevante para compreender o motivo do seu enterramento nesta área.

Tenho manifestado algum cepticismo em relação à cronologia estabelecida, quer através de critérios paleográficos, quer onomásticos, ou mesmo em relação às atribuições que resultam da conjugação de ambos. Acredito, no entanto, que será possível obter alguns indicadores desta natureza em regiões específicas e para os quais há abundante documentação, alguma dela datada, que permita estabelecer critérios por que se deve pautar a atribuição de uma cronologia.

Admito todavia que, para o território do antigo município olissiponense e sua área envolvente, será possível, com base numa bom conhecimento concreto da realidade epigráfica, estabelecer alguns critérios orientadores para uma proposta fiável. Admito, por isso, que a experiência dos investigadores que se debruçaram sobre esta questão, bons conhecedores da epigrafia de *Olisipo*, dê solidez à propostas apontadas, que não são muito divergentes: P. Le Roux sugerira uma datação para o monumento centrada no período augustano (LE ROUX, 1982, p. 62) e em fase júlia teria sido recrutado, podendo a sua vida militar prolongar-se até ao reinado de Calígula (LE ROUX, 1982, p. 184). Numa proposta mais recente, J. Cardim Ribeiro reduz um pouco este último âmbito cronológico, situando o monumento “ainda sob Augusto ou nos primeiros anos do imperialato de Tibério” (RIBEIRO, 2002, p. 547), mas no essencial é concordante com a ideia já expressa por Le Roux.

As cronologias mais precoces, que ambos referem, obrigam a colocar uma nova questão a respeito desta figura, da sua origem e do desenvolvimento da sua carreira militar. Tenha-se em consideração, em primeiro lugar, que

a *legio II* abandona a Península Ibérica, onde tinha participado nas Guerras contra Cântabros e Ástures, por volta de 10 d. C., sendo transferida para a Germânia. Isto é, a acreditar na data proposta por Cardim Ribeiro, seria muito mais viável imaginar que o monumento funerário de Laveiras, fosse iniciado em vida do seu construtor, como aí se diz explicitamente, e enquanto ele se encontrava em território hispânico.

Se o monumento data de um período seguramente anterior a cerca de 20 d. C. é muito provável que ele pertença ao período em que Flávio Quadrado esteve na Hispânia, no local onde se encontrava a seu corpo militar específico. Se ele acompanhou pessoalmente os preparativos da construção do monumento, como parece resultar da expressão *se vivo fecit*, o mais natural é que esse edifício funerário se projectasse para junto do local onde estava estacionado e não num sítio mais ou menos longínquo a que dificilmente teria acesso regular. Deve, por isso, considerar-se, na minha perspectiva, a possibilidade de ele escolher como lugar para seu “descanso eterno” o ponto em que residia no final da sua carreira militar, quando tinha atingido o prestigioso cargo de *aquilifer*, colocado, pelo seu prestígio, logo abaixo dos centuriões. Esta circunstância proporcionava-lhe uma confortável situação económica, condição que lhe permitiu gerar os meios suficientes para a construção de um memorial de natureza excepcional.

De resto, como recorda José d'Encarnação (2002, p. 27) enquanto chama a atenção para a circunstância excepcional de este encontrar um lugar de sepultura na sua terra de origem, os investigadores sublinham a marcada tendência para o inverso, citando a esse respeito e de forma pertinente um passo da obra clássica de Forni (1974, p. 359). Como se verifica no caso da Lusitânia (v. GUERRA, no prelo a) a presença de militares em circunstâncias idênticas corresponde por via da regra a veteranos, o que não se verifica no caso vertente.

Não é por isso tão claro que essa figura tenha cumprido o seu serviço militar na Germânia ou na Britânia, uma vez que há, ao contrário, muito boas probabilidades de o ter cumprido, pelo menos em parte ou mesmo a sua totalidade, na própria Hispânia. Se atendermos a que a edificação do memorial corresponde ao final da carreira, para excluir essa possibilidade teríamos de admitir que dificilmente este se dataria de um momento anterior ao ano 35 da nossa era.

Por outro lado, a sua origem Olisiponense é uma ilação que não decorre necessariamente dos dados disponíveis para este caso. A sua inscrição na tribo Galéria e a ausência de uma indicação de *origo* não constituem elementos suficientes para garantir essa atribuição.

Em suma, deve considerar-se a possibilidade de Quinto Flávio Quadrado ser um militar da *legio II* que, no final da sua carreira militar já no seu elevado posto de *aquilifer*, ter feito as diligências para providenciar uma sepultura vistosa exclusivamente para si. Para tal tomou as primeiras e mais importantes providências, que incluíam muitos dos aspectos relacionados com a forma e natureza do momento, a inscrição que deveria ser nele gravada, deixando as restantes para as disposições testamentárias. Deve igualmente admitir-se a possibilidade de Laveiras corresponder ao sítio onde se encontrava então em serviço e onde contava terminar os seus dias. A sua estância nessa área poderia estar relacionada com a exploração aurífera da vale do Tejo que então atingira já uma considerável dimensão e sobre a qual a sua unidade militar poderia exercer uma missão específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTOS, M. L.; BENTO, M. (1977) – Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa (Beira Baixa). In *XIV Congreso Nacional de Arqueología (Vitoria, 1975): Actas*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, 1198-1208.

Année Épigraphique 2002, 669.

- BATATA, C. A. M. (2006) – *Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CALADO, C. & CALADO, C. (2002) – Notícia sobre vestígios de exploração romana aluvionar no concelho de Nisa: o Conhal do Arneiro. In J. M. BRANDÃO, ed., *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*. Lisboa. pp. 265-272.
- COELHO, A. B., ed. (1972) – *Portugal na Espanha árabe*. Vol. I. Lisboa: Seara Nova.
- DAREMBERG, Ch.; SAGLIO, E.; POTTIER, E. & LAFAYE, G. (1919) – *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*. Tome V. Paris: Hachette.
- DOMERGUE, Cl. (1987) – *Catalogue des mines et fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid: Casa Velázquez.
- DOMERGUE, Cl. (2008) – *Les mines antiques: la production des métaux aux époques grecque et romaine*. Paris: Picard.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1998) – *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Minerva.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2001/2002) – Uma interessante inscrição romana de Laveiras (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 405-413.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2002) – Túmulo sumptuoso para "aquilifer Flavius Quadratus" (CIL II 266). *Aquila legionis: Cuadernos de estudios sobre el ejército romano*. 2, pp. 19-32.
- ESCHWEGE, Barão de (1831) – Memória geognóstica ou golpe do perfil das estratificações das diferentes rochas de que he composto o terreno desde a Serra de Cintra na linha de Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até à Serra da Arrabida, e sobre a sua idade relativa. *Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo XI, parte 1, p. 253-280.
- FERNANDES, R. M. R. (1985) – Ulisses em Lisboa. *Euphrosyne*. Lisboa. Nova Série, 13, p. 139-161.
- FERNÁNDEZ NIETO, F. J. (1970-71) – Aurifer Tagus. *Zephyrus*. Salamanca. 21-22, p. 245-255.
- FERREIRA, F. B. (1960) – Vária Epigraphica VII: A inscrição do *aquilifer Flavius Quadratus*. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 3.^a série, 4, p. 111-117.
- FORNI, (1974) – Estrazione etnica e sociale dei soldati delle legioni nei primi tre secoli dell'impero. In: *ANRW II.1*. p. 339-391.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- GUERRA, no prelo a – Os soldados na Lusitânia romana, na guerra e na paz. Uma perspectiva histórico-epigráfica. In: A. Ramos dos SANTOS & J. VARANDAS (eds.), *A Guerra na Antiguidade III (13 de Março de 2008)*.
- GUERRA, no prelo b – A Lusitânia no tempo de Ovídio: metamorfoses de uma província. In: *Sociedade e poder no tempo de Ovídio*.
- LE ROUX, P. (1982) – *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.
- MACHADO, J. P. (1984) – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Ed. Confluência.
- NASCIMENTO, A. A. – Ulisses em Lisboa: mito e memória. <http://andre.catus.net/blogue/AcademiacienciasULISSES2.pdf>. (consultado em 1 de Julho de 2009).

- PEREA YÉBENES, S. (2001) – Dos inscripciones militares de Portugal a la luz de la *Lythologia Lusitana* de António da Cunha. *Revista Sociedad Arqueológica de Extremadura*. 1, p. 71-78.
- PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910) – *Archeologia do distrito de Castello Branco*, Leiria: Typographia Leiriense.
- RIBEIRO, J. C. (2002) – Bloco pertencente ao mausoléu de *Quintus Flavius Quadratus*. In: *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 546-547.
- SÁ, A. M. de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: Os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.
- SÁNCHEZ PALENCIA, F. J.; PÉREZ GARCÍA, L. C. (2005) – Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges/Erjas y Bazágueda (*Lusitania*): la zona minera de Penamacor – Meimoa. In: *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.^{as} Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda. Centro de Estudos Ibéricos, p. 267-307.
- SILVA, J. B. A. e (1817) – Memória sobre a nova mina de ouro da Outra Banda do Tejo, lida em 10 de Maio de 1815. *História e Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo V, parte 1, p. 140-152.
- SOLLA, L. de C. e (1973) – *Um manuscrito acerca das explorações de ouro perto de Lisboa no início do século XIX*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- TRIGOZO, S. F. de M. (1818) – Discurso recitado na sessão pública de 24 de Junho de 1817. *História e Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo V, parte II, p. I-XXIX.
- VANDELLI, A. A. (1831) – Additamentos ou notas à Memória Gnóstica, ou golpe de vista do perfil... *História e Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo XI, parte 1, p. 281-306.